

Bresser autoriza o repasse do gatilho à mensalidade escolar

O último gatilho salarial disparado, que reajusta os vencimentos relativos ao mês de junho, poderá ser repassado para as mensalidades escolares. O Ministério da Educação divulga amanhã portaria estabelecendo as regras a serem seguidas para este repasse.

A decisão de se repassar o gatilho de junho para as mensalidades — medida que desrespeita o congelamento de preços de noventa dias determinado pelo Governo dia 12 — foi tomada ontem durante reunião entre os ministros da Fazenda, Bresser Pereira, e da Educação, Jorge Bornhausen. Ficou estabelecido, entretanto, que o reajuste não será de 20%, como o disparo do gatilho, mas proporcional ao impacto do gatilho nos custos da escola. Bornhausen esclareceu que o repasse do gatilho, neste caso, é garantido pela legislação.

Ficou determinado também que o Conselho Federal de Educação e os Conselhos estaduais estudarão os casos de "excepcionalidades", desde de que estes tenham sido apresentados até o último dia 12,

data da decretação do congelamento de preços. Os casos só serão aprovados se ficarem constatadas defasagens reais nos custos das escolas.

Os dois ministros concluíram que o MEC deverá baixar dentro de 48 horas uma portaria regulamentando o assunto. A portaria deverá ter três artigos.

Segundo o ministro Bornhausen, o primeiro artigo da portaria deverá explicitar sobre as decisões tomadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e Conselhos estaduais de Educação. Todas as medidas tomadas até 12 de junho pelo CFE e conselhos serão mantidas, e estas decisões produzirão normalmente os seus efeitos desde que cumpridos os requisitos legais e regulamentares. A este artigo se aplica o repasse do gatilho salarial de maio às mensalidades, em razão de parecer baixado pelo CFE.

O segundo artigo tratará dos casos em estudo nos conselhos estaduais de Educação referentes ao primeiro semestre, ou seja, 10%

das escolas particulares do País enviaram planilhas de custos aos conselhos, pedindo a aplicação da defasagem às semestralidades. Os casos em estudo nos conselhos serão apreciados tomando por base elementos existentes e apresentados até 12 de junho, e os reflexos desse repasse às semestralidades somente deverão ser sentidos a partir do julgamento e homologação dos Conselhos.

O terceiro e último artigo, segundo informou o chefe de Gabinete do ministro da Educação, Oswaldo Della Giustina, deverá cuidar das alterações futuras das semestralidades, que deverão ser corrigidas nos termos dos decretos de congelamentos do Governo, ou seja, as semestralidades futuras deverão ser flexibilizadas, caso haja uma mudança na política de salários e preços. Segundo afirmou Della Giustina, a aplicação das leis referentes aos aumentos de semestralidades, bem como a sua fiscalização, continuam sendo atribuições dos conselhos estaduais de Educação.